



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL**

REQUERIMENTO Nº , DE 2017
(Do Sr. Deputado Zé Carlos)

Requer a realização de Audiência Pública para debater a execução de políticas públicas para as populações extrativistas.

Senhor Presidente

Nos termos regimentais, requeiro a realização de audiência pública, com os convidados abaixo relacionados, a fim de debater a execução de políticas públicas para os extrativistas:

- Exmo. Sr. Ministro de Estado do Ministério do Desenvolvimento Social;
- Exmo. Sr. Ministro do Meio Ambiente;
- Exmo. Sr. Secretário Nacional de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário;
- Exmo. Sr. Presidente da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab;
- Representante, no Maranhão, do Movimento das Quebradeiras de Coco Babaçu;
- Representante do Conselho Nacional das Populações Extrativistas;

JUSTIFICATIVA

As populações extrativistas, no Brasil, padecem de apoio em políticas públicas há décadas. As formas de violência a que são historicamente submetidas, fazem com que este público seja até os dias atuais, um dos mais empobrecidos no meio rural, desprovidos de muitas das políticas públicas que compõe as condições mínimas de cidadania.



Nas comunidades extrativistas, faltam saneamento, energia elétrica, escolas, postos de saúde e transporte.

Em uma janela do tempo, entre 2003 e 2014, um conjunto de políticas públicas foi construído para atender estas populações, ampliando as condições de qualidade de vida, geração de renda e enfrentamento da pobreza.

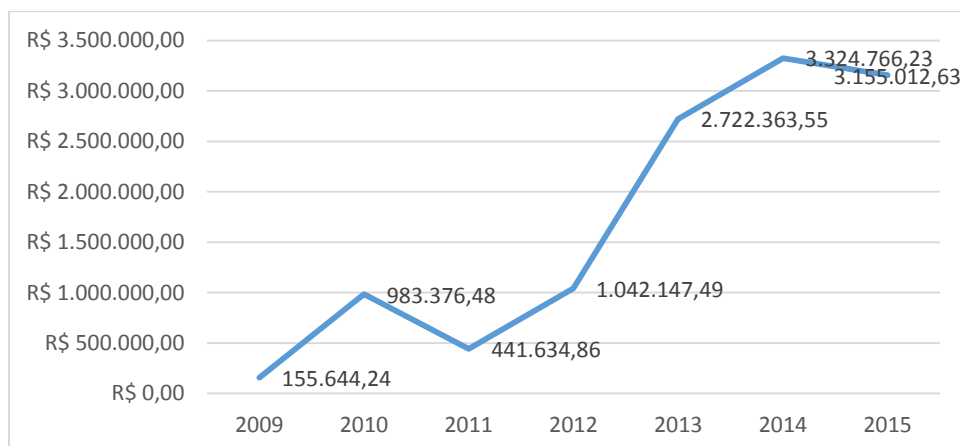
Certamente não foram suficientes para alterar o quadro em que viviam, mas há resultados muito importantes a serem considerados.

Dentre as políticas, podemos citar o Programa de Aquisição de Alimentos, a Assistência Técnica e Extensão Rural, cisternas para armazenamento de água, compras de produtos Extrativistas – PGPM-Bio, Bolsa Verde e outras medidas de cunho territorial.

A título de exemplo, trazemos os dados da execução da PGPM-Bio, particularmente no caso da compra da amêndoa do babaçu, adquirida das mulheres quebradeiras de coco babaçu no Estado do Maranhão.

Valor de aquisição de amêndoa de coco babaçu em R\$		
MA	2009	155.644,24
	2010	983.376,48
	2011	441.634,86
	2012	1.042.147,49
	2013	2.722.363,55
	2014	3.324.766,23
	2015	3.155.012,63
TOTAL		11.824.945,48

Vejam que apenas no ano de 2015, mais de R\$ 3 milhões em compras de amêndoas do coco babaçu foi feita pela CONAB, através de sua Superintendência no Estado do Maranhão.



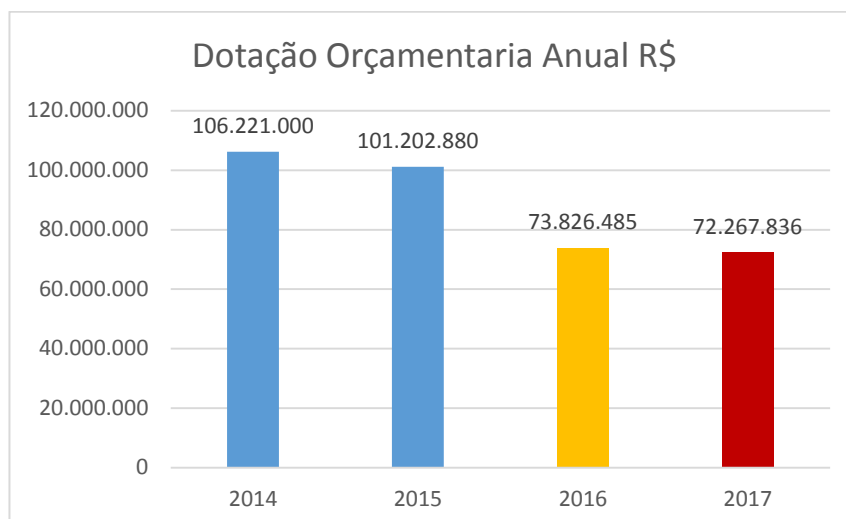
Estes recursos foram empregados para remunerar principalmente as mulheres quebradeiras de coco. Mais de 45 mil pessoas foram beneficiadas.

		Quantidade (KG)	Nº Acessos de Famílias
MA	2009	313.240	1.877
	2010	1.485.885	13.571
	2011	815.402	3.639
	2012	1.669.124	7.992
	2013	2.097.894	9.947
	2014	846.068	5.071
	2015	1.156.817	3.423
TOTAL		8.384.430	45.520

Este e outros exemplos podem ser citados, mostrando a importância de políticas de geração de renda para públicos como este.

No entanto, as políticas para este público estão em franco desaparecimento. Vamos citar o caso do Bolsa Verde, uma política que contribuía para a permanência dos extrativistas nas suas áreas, nas unidades de conservação, nas florestas e nas reservas extrativistas.

O Bolsa Verde, a partir do ano de 2016, com a mudança de governo e a nova orientação política que passa a administrar os ministérios e outros órgãos públicos, percebe-se a falta de interesse em aplicar a política.



A partir de 2016, o Ministério do Meio Ambiente passa a recuar na execução do Programa. Os dados do gráfico acima são claros e evidentes. A dotação orçamentaria recua fortemente.



E esta redução no interesse e no Orçamento, reflete-se no valor efetivamente repassado aos extrativistas. É visível que estão repassando menos recursos. E vamos considerar que se trata de apenas R\$ 300,00 por beneficiário, a cada 3 (três) meses.

O Bolsa Verde, de fato, vai desaparecendo junto com as outras políticas destinadas a este público. Para agravar, ainda, tem-se as recentes mudanças



CÂMARA DOS DEPUTADOS

legais no que diz respeito à proteção das áreas ambientais, dos territórios e minerais.

As ameaças a estas populações, pois, vêm de todos os lados.

Por isto, entendemos que este debate será muito importante para que as populações extrativistas possam ser ouvidas e que os representantes dos órgãos de governo expliquem o que vem ocorrendo.

Contamos, para tanto, com o apoio dos nobres pares nesta Comissão.

Sala da Comissão, em 30 de agosto de 2017.

Zé Carlos

Deputado Federal (PT/MA)